

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE SÃO SEBASTIÃO**

PROVA ESCRITA – 23/08/2015

CONSELHO TUTELAR DE SÃO SEBASTIÃO

CADERNO DE QUESTÕES

ORIENTAÇÕES

1. Verifique se este caderno contém **30(trinta)** questões de múltipla escolha numeradas de 1 a 30, **02(duas)** questões dissertativas e um folha de rascunho. Caso contrário, solicite ao aplicador da prova, outro caderno.
2. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Para cada questão objetiva existe apenas **UMA** resposta correta.
4. Você deverá ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta correta.
5. A sua resposta deve ser marcada nas **FOLHAS DE RESPOSTAS** que você recebeu, não serão aceitas questões com rasuras e não serão oferecidas folhas de respostas em substituição.
6. Você receberá duas folhas de respostas. A primeira é relativa às questões de múltipla escolha, a segunda à questão dissertativa. Em ambas estão registrados seu nome, RG e número de inscrição. Verifique se os dados estão corretos e coloque sua assinatura no local indicado.
7. Não serão consideradas como válidas as folhas de resposta sem assinatura.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Marque apenas uma letra para cada questão. Mais de uma letra assinalada implicará na anulação dessa questão;
- Procure não deixar questões em branco na folha de respostas;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou rasuras, bem como o uso de corretores de qualquer natureza;
- Você terá 03 (três) horas, a partir do término das orientações fornecidas pelo aplicador da prova, para responder todas as questões, elaborar as questões dissertativas e preencher a folha de respostas. O candidato deve controlar o tempo disponível. Não haverá tempo adicional para transcrição na folha de respostas;
- Os candidatos somente poderão deixar a sala, depois de decorridos 90 minutos do início da prova.
- Os três últimos candidatos deverão aguardar até que todos completem a prova. Deverão presenciar o lacre do envelope contendo todas as provas, com a assinatura do aplicador e dos referidos candidatos;
- Esse caderno de questões será devolvido ao aplicador da prova, juntamente com as folhas de respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão nº 01

A lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA traz importantes conquistas em favor das crianças e adolescentes. Com relação ao ECA é **incorreto** afirmar:

- a) Garante a participação dos cidadãos nos processos de formulação, execução e monitoramento das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência;
- b) Compartilha responsabilidade entre família, Estado e sociedade na promoção e defesa desses direitos;
- c) Introduz uma nova divisão do trabalho social, tanto entre as três esferas de governo – União, Estado e Município –, como entre estas e a sociedade civil organizada;
- d) Oferece proteção e assistência, permitindo que qualquer criança ou adolescente, por sua condição de pobreza, seja acolhida institucionalmente, visando condições de vida mais dignas;
- e) Institui novos órgãos, como os Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Questão nº 02

Considere as seguintes afirmações:

I – O Sistema de Garantia de Direitos é composto por órgãos e entidades que atuam no atendimento, na defesa e no controle dos direitos da criança e do adolescente.

II – O desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente implica na satisfação de suas necessidades básicas, na participação da população, na descentralização política e administrativa e no controle social e institucional de sua implementação e operacionalização.

III – As Varas da Infância e da Juventude, Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes são órgãos que compõem o eixo de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que garante o acesso à justiça.

Assinale:

- a) se apenas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas I estiver correta.
- d) se apenas III estiver correta.
- e) se todas estiverem corretas.

Questão nº 03

Leia atentamente as frases abaixo:

I – O Conselho Tutelar é um órgão permanente, que após ser criado por lei municipal e efetivamente implantado, passa a integrar de forma definitiva o quadro das instituições públicas municipais, não podendo ser extinto.

II – O Conselho Tutelar aplica as medidas protetivas pertinentes, sem interferência externa.

III – O Conselho Tutelar de um município poderá ser utilizado, mediante requisição do Juiz da Infância e da Juventude, para suprir a inexistência de Conselho Tutelar em outra região.

Assinale:

- a) se apenas I e II estiverem corretas.

- b) se apenas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas I estiver correta.
- d) se apenas II estiver correta.
- e) se apenas III estiver correta.

Questão nº 04

Diego acaba de completar 15 anos e está feliz porque conseguiu um emprego de garçom na lanchonete próxima à sua casa. Além de aprender um ofício, ela poderá guardar dinheiro para cursar uma faculdade. Com base no ECA, Diego poderá trabalhar?

- a) Sim, na condição de aprendiz, com a garantia de acesso e frequência obrigatória na escola e horário especial para o exercício das atividades;
- b) Sim, pois é permitido o trabalho ao adolescente à partir dos 15 anos de idade, de acordo com o ECA e CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Não, pois os adolescentes só poderão trabalhar após a conclusão do ensino médio;
- d) Desde que frequente a escola poderá trabalhar, para ajudar na renda familiar e aprender um ofício;
- e) Poderá trabalhar com a autorização prévia do Conselho Tutelar.

Questão nº 05

Leia atentamente as frases abaixo:

I - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

II - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é responsável por garantir a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento.

III - Um dos princípios básicos dos Conselhos de Direitos é a garantia de uma participação paritária entre os representantes da sociedade civil e do poder público.

Assinale:

- a) se apenas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas I estiver correta.
- d) se apenas III estiver correta.
- e) se todas estiverem corretas.

Questão nº 06

D. Maria é empregada doméstica em uma residência próxima ao seu local de moradia. Como não conseguiu vaga na escola para sua filha de 7 anos, a menina fica sozinha em casa durante o período de sua jornada de trabalho. Após denúncia dos vizinhos ao Conselho Tutelar, quais as providências legais que devem ser tomadas?

- a) O Conselho Tutelar deverá realizar o acolhimento institucional da criança, conforme previsto no artigo 101, inciso VII do ECA, pois a criança não pode ficar em casa sozinha e a mãe precisa trabalhar;
- b) A menina deverá ficar sozinha para aguardar o próximo ano letivo e concorrer a uma vaga na escola mais próxima de casa;
- c) O Conselho Tutelar deverá encaminhar relatório à Vara da Infância e Juventude, solicitando a destituição do poder familiar;
- d) Após a apuração da notícia, o Conselho Tutelar deverá requisitar a vaga na escola, de acordo com o artigo 136, inciso III, alínea “a” do ECA;
- e) O Conselho Tutelar deverá notificar o Ministério Público, após realizar o boletim de ocorrência em delegacia especializada.

Questão nº 07

São atribuições do conselheiro dos direitos de crianças e adolescentes, **exceto**:

- a) Conhecer a realidade de seu território e elaborar um plano de ação, definindo as prioridades de atuação;
- b) Formular, avaliar, deliberar e controlar as políticas públicas destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente;
- c) Realizar visitas nas entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, com a elaboração de relatório que deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar para que este proceda ao registro das referidas entidades;
- d) Gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo a destinação dos recursos por meio de um plano de aplicação e fiscalizando atentamente a respectiva execução;
- e) Presidir o processo de escolha dos conselheiros tutelares.

Questão nº 08

O Art. 98 do ECA prevê medidas de proteção à criança e ao adolescente e que são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; e em razão de sua conduta. Verificada qualquer destas hipóteses previstas no referido artigo, a autoridade competente poderá determinar algumas medidas, isolada ou cumulativamente, levando em conta as necessidades pedagógicas, de preferência aquelas que visem fortalecer os vínculos familiares ou comunitários. Sobre medidas que podem ser adotadas, considere as afirmativas a seguir.

- I. Destituição do poder familiar dos pais naturais e colocação em família substituta, em razão da falta ou carência de recursos materiais.
- II. Encaminhamento das crianças ou adolescentes aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- III. Orientação, apoio e acompanhamento temporário às crianças e adolescentes e a seus pais ou responsáveis.
- IV. Opção pelo acolhimento da criança e do adolescente em instituição de acolhimento, sempre que ocorrer uma situação que viole os seus direitos.
- V. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) II e V.
- c) III e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, IV e V.

Questão nº 09

Dentre as afirmações abaixo, qual delas **não** pode ser considerada atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- b) Definir diretrizes para formulação e implementação da política pública voltadas para crianças e adolescentes.
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- d) Atender e aconselhar os pais ou responsável, encaminhando-os a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- e) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

Questão nº 10

É certo que o acolhimento institucional é medida excepcional e provisória. Neste caso, as entidades que oferecem os referidos serviços devem observar os seguintes princípios.

Assinale a alternativa correta:

- a) Oferecer ensino regular e posto de pronto atendimento dentro da entidade;
- b) Oferecer o acolhimento segmentado por gênero e faixa etária, a fim de evitar conflitos geracionais;
- c) Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- d) Transferência das crianças e adolescentes para outras entidades que ofereçam acolhimento institucional, a fim de conhecerem outras realidades;
- e) Atendimento em grandes grupos para contribuir no processo de socialização da criança e do adolescente.

Questão nº 11

Uma determinada decisão do Conselho Tutelar foi revista pelo juiz da Infância e da Juventude competente a partir de pedido do interessado. O juiz em sua fundamentação utilizou os seguintes argumentos:

I- Não compete ao Conselho Tutelar a inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar.

II- Os interessados comprovaram que a decisão teria sido tomada por um só Conselheiro, que apenas utilizou-se de documento previamente assinado pelos demais Conselheiros, prática comum naquele Conselho Tutelar.

III- Não é competência do Conselho Tutelar requisitar vaga em serviço público, somente ao Juiz.

IV- O relatório encaminhado ao Ministério Público pelo Conselho Tutelar, visando a abertura de procedimento para destituição do poder familiar, está assinado apenas por Conselheiros, não por técnicos da prefeitura.

São argumentos corretos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

Questão nº 12

Diego tem 16 anos e cometeu seu primeiro ato infracional, furtando a carteira da professora durante a aula de química. Como medida socioeducativa, Diego foi internado em unidade da Fundação Casa. A medida está correta?

- a) Sim, pois de acordo com o artigo 112 do ECA, verificada a prática de ato infracional, a autoridade poderá aplicar ao adolescente a medida socioeducativa de internação;
- b) Não, pois o ato cometido por Diego não envolveu grave ameaça ou qualquer tipo de violência;
- c) Sim, pois o adolescente cometeu o ato dentro de estabelecimento educacional, aumentando a gravidade do fato;
- d) Não, pois o adolescente deveria ter sido encaminhado, primeiramente, para a inclusão em medida protetiva de prestação de serviço à comunidade;
- e) Não, pois o adolescente poderia ter sido levado à entidade de acolhimento institucional, ao invés de ter recebido medida que implique privação de liberdade.

Questão nº 13

Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;
- III - Nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes;
- IV - Em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

Questão nº 14

Considere as seguintes afirmações:

- I - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente poderão, a critério do órgão denunciante, ser comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências.
- II - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.
- III - Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Assinale:

- a) se apenas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas I estiver correta.
- d) se apenas III estiver correta.
- e) se todas estiverem corretas.

Questão nº 15

Considerando que uma criança de onze anos de idade tenha cometido um ato infracional e que foi encaminhada ao Conselho Tutelar, assinale qual o procedimento adequado:

- a) Encaminhamento da criança à delegacia de polícia, que é o órgão do sistema de atendimento responsável pela apuração de atos infracionais e aplicação das medidas cabíveis.
- b) Advertir os pais ou responsáveis pelos atos praticados pela criança.
- c) A aplicação das medidas de proteção adequadas ao caso concreto.
- d) A apuração detalhada da situação em que ocorreu o ato infracional e o encaminhamento de relatório circunstanciado ao Ministério Público, que tem a função de representação nos casos de atos infracionais.
- e) A aplicação de uma advertência verbal à criança, como medida prevista no Artigo 115 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que não venha a cometer novas infrações.

Questão nº 16

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, **exceto**:

- a) Acolhimento institucional.
- b) Advertência.
- c) Obrigação de reparar o dano.
- d) Internação.
- e) Prestação de Serviço à Comunidade.

Questão nº17

O artigo 227 da Constituição Federal e artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a garantia de prioridade absoluta na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa que **não** corresponde à garantia de prioridade:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- e) Preferência em ser adotado por família estrangeira.

Questão nº18

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Sebastião, ao proceder ao cadastramento das entidades do município, verificou que uma delas, a organização não governamental “Lar Feliz” estava em situação irregular de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA).

O Conselho Tutelar realizou visita no local e constatou que a entidade atendia um número de crianças e adolescentes além de sua capacidade e instalações físicas inadequadas e insalubres. Qual medida a ser adotada nesse caso?

- a) A entidade será advertida, e caso não haja a adequação do serviço, implicará no afastamento provisório de seus dirigentes;
- b) A entidade será advertida, e caso não haja a adequação do serviço, implicará no afastamento definitivo de seus dirigentes;
- c) A entidade será advertida, e caso não haja a adequação do serviço, implicará na suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas;
- d) A entidade será advertida, e o caso imediatamente comunicado ao Ministério Público
- e) Todas as anteriores.

Questão nº 19

A medida socioeducativa que prevê a internação de adolescente autor de ato infracional está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Assinale a alternativa que **não** corresponda a esses princípios:

- a) Permissão para realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário;
- b) O período de internação não poderá ser superior a três anos;
- c) A liberação será compulsória aos 18 anos de idade;
- d) As atividades pedagógicas são obrigatórias;
- e) Preservação de objetos pessoais, direito à comunicação, estar próximo à sua residência.

Questão nº20

No que se refere à guarda de crianças e adolescentes, artigo 33 do ECA, é **correto afirmar**:

- a) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, inclusive nos casos de adoção por estrangeiros;
- b) A guarda não poderá ser deferida fora dos casos de tutela e adoção, em nenhuma hipótese;
- c) A guarda obriga a prestação de assistência moral e educacional à criança ou adolescente, mas não impõe a seu detentor, a obrigação de prestar assistência material;
- d) A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;

e) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto os previdenciários.

Questão nº 21

No que se refere ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, direito fundamental previsto no ECA, Capítulo III, artigos 19 a 24, é **correto** afirmar:

- a) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, sendo que em caso de carência de recursos materiais, será aplicada a medida protetiva de acolhimento institucional;
- b) Os filhos havidos em processo de adoção, só adquirem direitos plenos, após 5 (cinco) anos de convivência com os adotantes;
- c) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência;
- d) A perda e suspensão do poder familiar poderão ser decretadas pelo Conselho Tutelar nos casos de violência física e abuso sexual;
- e) Os filhos, havidos fora da relação do casamento não terão os mesmos direitos e qualificações, a não ser que o pai solicite a guarda da criança.

Questão nº 22

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- a) Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- b) Elevados níveis de repetência;
- c) Casos de indisciplina grave;
- d) “a” e “b” estão corretas;
- e) “a” e “c” estão corretas.

Questão nº 23

Nayara tem 11 anos e é filha de pais separados. Mora com sua mãe, que detém sua guarda, na cidade do Rio de Janeiro e seu pai reside em São Paulo. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, se Nayara for visitar o pai sem a sua mãe:

- a) Poderá viajar, desde que acompanhada por pessoa maior de 18 anos, sem outras exigências;
- b) Poderá viajar desde que sua mãe autorize por escrito;
- c) Poderá viajar desde que haja expressa autorização judicial;
- d) Poderá viajar desde que haja autorização do Conselho Tutelar;
- e) Poderá viajar se estiver acompanhada de sua irmã de 16 anos.

Questão nº24

De acordo com artigo 46, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção será precedida de estágio de convivência entre o candidato à adoção e a criança ou adolescente em condições legais de adoção e o prazo deve ser fixado pela autoridade judiciária. Assinale a alternativa correta em que estão presentes as condições para aplicação deste estágio:

- a) O estágio de convivência não pode ser dispensado em nenhuma situação, uma vez que é uma condição legal para conclusão do processo de adoção.
- b) A guarda de fato, autoriza por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
- c) Em caso de adoção internacional o estágio de convivência, deve ser cumprido em território nacional, por no mínimo 90 dias.
- d) O estágio de convivência será acompanhado pelo Conselho Tutelar, que deve encaminhar relatório ao Juiz da Vara da Infância e Juventude a cada 30 dias.

e) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a constituição de vínculo.

Questão nº25

O conselheiro tutelar de plantão, recebe no sábado à noite uma denúncia que relata que a mãe de 03 crianças com idade entre 03 e 11 anos de idade, saiu para ir pra “balada” e deixou os filhos sozinhos. A denunciante, que é vizinha da família, alega que isto acontece sempre e que na data da denúncia, a irmã mais velha de 11 anos, foi procura-la pedindo ajuda, porque os irmãos estão chorando. Ao atender a denúncia o conselheiro conclui que não tem outra possibilidade a não ser acolher as crianças, em caráter excepcional e de urgência. Nestes casos, de acordo com o artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais devem ser as providências legais a serem adotadas?

- a) O conselheiro tutelar, como autoridade competente para aplicar as medidas de proteção, deve após acolher as crianças, encaminhar relatório ao Juiz da Infância e Juventude no prazo máximo de 48 horas, com comunicação do fato.
- b) As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional só poderão acolher crianças e adolescentes com prévia autorização da autoridade competente, mesmo nos casos de urgência.
- c) O conselheiro tutelar não tem competência legal para acolher crianças e adolescentes, mesmo nas situações de emergência.
- d) As entidades que mantenham programa de acolhimento, poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes, sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato em 24 horas ao Juiz da Infância e Juventude.
- e) O conselheiro tutelar após acolher as crianças no serviço de acolhimento deve imediatamente, comunicar o fato à autoridade judiciária e ao Ministério Público, para que seja expedida a guia de acolhimento.

Questão nº 26

As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

- I-Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos
- II-Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.
- III-Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer.
- IV-Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- V-Manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e V.
- d) I, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

Questão nº 27

De acordo com o artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar:

- a) Como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
- b) Prioritariamente o acolhimento da criança ou do adolescente, como medida de proteção.
- c) Encaminhamento do agressor a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- d) O encaminhamento da criança ou do adolescente para tratamento especializado.
- e) Suspensão ou destituição do poder familiar.

Questão nº 28

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, considerando-se as três esferas de governo. Neste sentido, são diretrizes da política de atendimento, **exceto**:

- a) Municipalização do atendimento.
- b) Criação e manutenção de programas específicos, observada a centralização político-administrativa.
- c) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais, vinculados aos respectivos conselhos de direitos de crianças e adolescentes.
- d) Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial e adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
- e) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

Questão nº 29

Um conselheiro tutelar conhece uma família que vive em um município vizinho e desconfia que o pai abusa sexualmente de uma filha adolescente, de 17 anos, com a convivência da mãe. Encontrando a adolescente em um *shopping center* de seu município, o conselheiro decide encaminhá-la a uma entidade de acolhimento, compulsoriamente.

Em relação a esse caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) O conselheiro tutelar agiu certo, aplicando a medida de proteção de acolhimento à adolescente.
- b) O conselheiro tutelar, deveria ter encaminhado o caso ao Ministério Público que tem a competência de aplicar a medida de proteção de acolhimento.
- c) A adolescente não poderia sair de seu município de residência sem autorização escrita dos pais.
- d) O conselheiro tutelar deveria ter acionado o conselho tutelar do município de residência da adolescente, que tem a competência para tomar as providências cabíveis.
- e) Casos de abuso sexual constituem crime e o caso deveria ter sido encaminhado para a delegacia de polícia do município em que a adolescente se encontrava.

Questão nº 30

A Lei 12.010/09 também conhecida como Lei da Adoção, trouxe alguns pontos significativos que diferem da redação anterior do ECA em diversos aspectos, alguns deles estão apresentados abaixo. Assinale a alternativa correta:

- a) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 3 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos; a adoção internacional somente será deferida, após consulta aos cadastros de pessoas ou casais brasileiros habilitados à adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.
- b) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos; a adoção internacional somente será deferida, após consulta aos cadastros de pessoas ou casais brasileiros habilitados à adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.
- c) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter

acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 21 (vinte e um) anos; a adoção internacional somente será deferida, após consulta aos cadastros de pessoas ou casais brasileiros habilitados à adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.

d) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 1 ano em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 21 (vinte e um) anos; a adoção internacional somente será deferida, após consulta aos cadastros de pessoas ou casais brasileiros habilitados à adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.

e) Crianças e adolescente não deverão permanecer por mais de 2 anos em acolhimento institucional; o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada após completar 18 (dezoito) anos; a adoção internacional poderá ser feita a qualquer tempo, com a consulta aos cadastros de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantidos pela Justiça da Infância e da Juventude.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

“Na manhã desta segunda-feira, a entidade “Caminhando Juntos” recebeu um grupo de três irmãos para acolhimento institucional: Luana, 16 anos, Jeniffer, 7 anos, e Kevin, 4 anos.

O grupo foi encaminhado após o Conselho Tutelar ter recebido denúncia anônima de que seus pais não tinham condições de arcar com o sustento dos filhos.

Após visita para apuração da denúncia, o conselheiro tutelar constatou que, embora as condições de moradia fossem bastante precárias, o vínculo entre a mãe e os filhos era bastante intenso.

Com relação ao pai, entretanto, foi constatado que o mesmo é alcoolista e há suspeita de ter abusado sexualmente de Luana, que na verdade, é sua enteada.

Importante assinalar, ainda, que no momento do acolhimento, não foi possível atender o grupo de irmãos, pois a entidade tem capacidade para receber 80 crianças e está trabalhando acima de sua capacidade. Além disso, só atende crianças e adolescentes do sexo feminino, o que fez com que Kevin fosse transferido para outra instituição. O menino chorou muito, uma vez que sua irmã mais velha, Luana, é quem cuidava de Kevin em sua residência.

Os encontros entre Luana e Kevin serão esporádicos, pois a entidade “Caminhando Juntos” situa-se numa chácara afastada do centro da cidade e dos equipamentos comunitários”.

Após a leitura desta situação hipotética, responda às questões:

